

Democràticamen- te fortes

Raul Pilla

CONVÉM volver o olhar, mais uma vez, para a França, já que ela constitui o grande argumento dos presidencia-listas. Um dos defeitos que se irrogam ao sistema parlamentar é a fraqueza dos governos. Que força poderão ter estes, se ficam à mercê de uma votação no Parlamento? Como hão de impôr a sua autoridade?

Confundem os que assim raciocinam govêrno forte, com govêrno de força; govêrno que exerce verdadeira autoridade, com govêrno capaz de impôr à nação a sua vontade. No regime democrático sômente é forte o govêrno efetivamente apoiado pela maioria da opinião. O que, pelo contrário, se lhe sobrepõe, é apenas govêrno de força e, como tal, tomado de perigosa fragilidade.

Nada mais significativo do que os últimos acontecimentos de França. Contra o gabinete Laniel — govêrno supostamente fraco por assentar numa maioria móvel, senão instável — promoveram os extremistas uma greve revolucionária, que visava derrubar o govêrno, e subverter as instituições, e este govêrno tão débil, que um voto do Parlamento aniquilaria, dominou enérgica e facilmente a situação, sufocando a desordem no nascedouro. É que o sistema parlamentar não admite governos de força, mas propicia governos verdadeiramente fortes, isto é, governos constantemente apoiados na opinião pública.

Laniel saiu-se bem da prova — hão de objetar; mas, se não saísse? Nada mais simples. Teria sido o seu um govêrno fraco, incapaz de fazer face à situação e, como tal, se veria logo substituído, mediante um simples voto de desconfiança.

Em rigor, não há governos fracos no sistema parlamentar, pois deixam automaticamente de ser govêrno, quando perdem a força. O que há é governos mais ou menos enérgicos, governos mais ou menos rápidos na ação, segundo o temperamento dos seus componentes. Mas todos democràticamente fortes, por assentarem necessariamente na maioria, maioria atual, viva, presente, e não ~~uma~~ maioria que podem ter perdido depois da eleição.